

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Secretaria antecipa matrícula

Alunos portadores de necessidades especiais deverão procurar as escolas

De todos os estudantes matriculados no ensino regular no Rio Grande do Norte, 3 mil e 500 são portadores de necessidades especiais. Apesar de ainda existir preconceito e muitas dificuldades, o dado é considerado positivo, pois antes o número de inclusão era tão desconsiderável que nem uma estatística havia. E a inserção de deficientes em salas de aula, junto com alunos que não portam deficiência, vem aumentando cada vez mais.

O cenário melhorou não faz muito tempo. O poder público tar-

dou a acordar para a luta solitária de uns poucos pais para fazer com que seus filhos deficientes tivessem assento nas escolas. De alguns anos para cá, foram criados programas e outras formas de incentivo para ajudar nesse trabalho de inserção. No RN, uma das medidas foi antecipar o período de matrícula dos portadores de necessidades especiais. As inscrições começaram no dia 1º de outubro e vão até o fim do mês, 30.

A antecipação é uma estratégia da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do RN para preparar

as escolas, professores e distribuir esses alunos especiais nas salas de aula. Ontem pela manhã, professores, pais e estudantes com deficiência compareceram ao auditório Angélica Moura, da SECD, para participar do lançamento da campanha da matrícula antecipada, promovida pela secretaria, que homenageou professores que vêm tendo um desempenho de destaque no ensino de alunos portadores de necessidades especiais.

Caso da professora Luziene Laurentino Ferreira. Na Escola Arquiteta Elizabeth de Fátima, em

Nova Natal, ela dá aula para uma turma onde quatro alunos são especiais — três surdos e um com síndrome de down. Luziene fala que o desafio de lidar com esses alunos é grande, mas a tarefa vem sendo facilitada com os cursos de capacitação oferecidos pela secretaria, além de material didático diferenciado.

Ontem, no lançamento da campanha da matrícula antecipada, foram distribuídos entre os professores kits de material especial para serem utilizados em sala de aula. O responsável pela Subcoor-

den (Sue diss tem ga e de r cola do c Esta de a func nim no r dio, mes 35 e

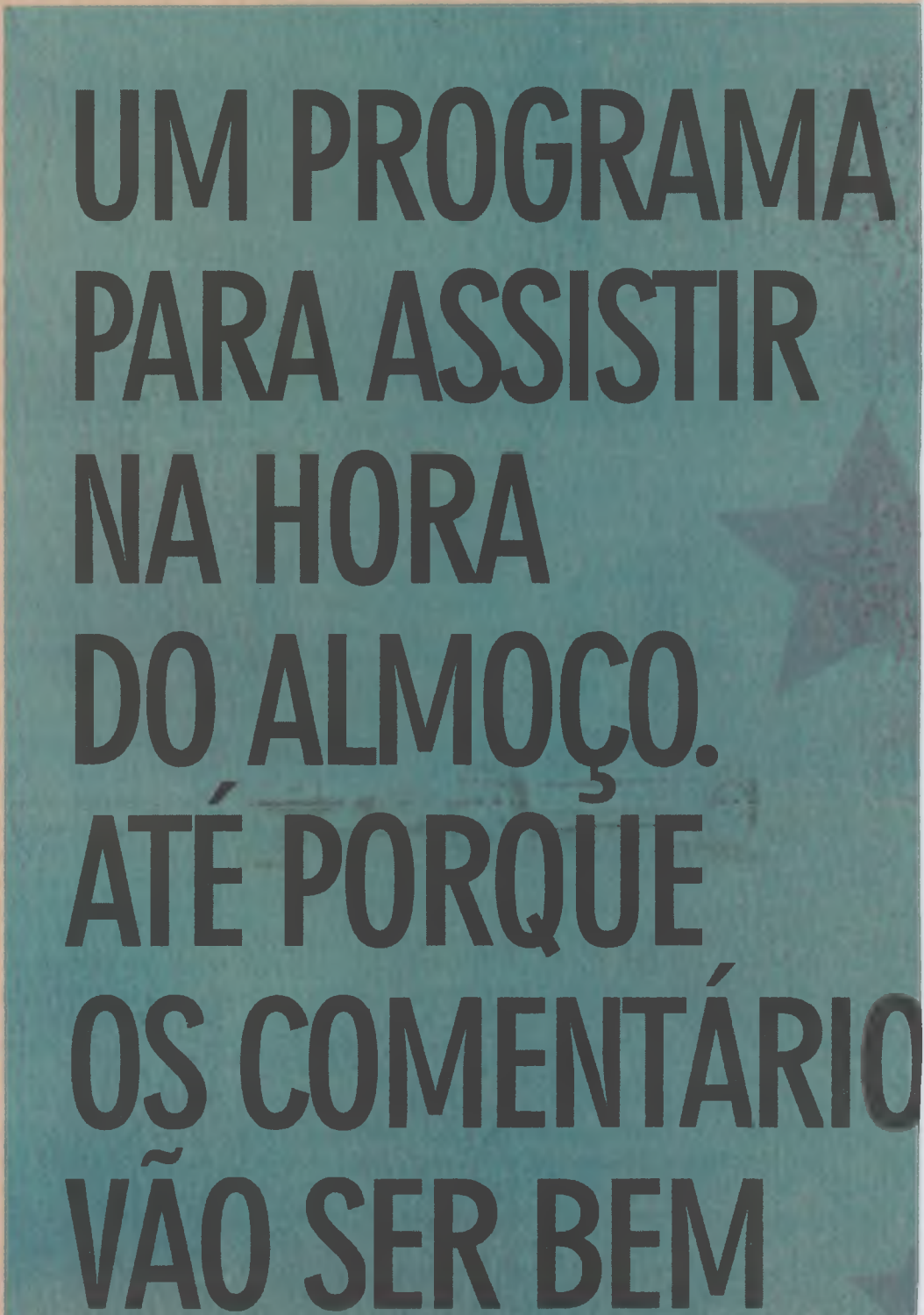
EVENTO

Encontro discute software livre

Está sendo realizado, no auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), Natal, o II Encontro Potiguar de Software Livre. O evento visa gerar negócios e renda através da democratização do conhecimento tecnológico, além de promover a inclusão digital de comunidades menos favorecidas, através da educação tecnológica ampla e irrestrita, estimulando o desenvolvimento tecnológico local, através do uso e desenvolvimento de Softwares Livres.

Softwares Livres são sistemas computacionais que são disponibilizados aos usuários com uma série de liberdades. Entenda-se por usuário, nesse contexto, como qualquer indivíduo ou organização, independente do seu grau de conhecimento tecnológico. Software Livre refere-se a liberdade de os usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software.

No Rio Grande do Norte, o Projeto Software Livre - RN pretende formar multiplicadores desses ideais e incentivar o uso do Software Livre em todos os níveis, desde um usuário doméstico a todos os tipos de instituições, órgãos e empresas. Além disso, unir e divulgar os estudantes e profissionais que utilizam e desenvolvem trabalhos com essas tecnologias. O evento será encerrado hoje.



UM PROGRAMA
PARA ASSISTIR
NA HORA
DO ALMOÇO.
ATÉ PORQUE
OS COMENTÁRIOS
VÃO SER BEM

PESQUISA

JOÃO MARIA ALVES

**SOLENIIDADE** Assinatura de convênio foi realizada na presença de representantes das comunidades

Incra e UFRN assinam convênio para beneficiar quilombolas

Serão realizados estudos para regulamentar comunidades originárias de quilombos

▶ A superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Rio Grande do Norte e a UFRN assinaram um convênio para a realização de estudos antropológicos nas comunidades quilombolas do Estado. O projeto atende aos remanescentes dos quilombos que desejam regulamentar suas terras, de acordo com o decreto 4887/03, da Constituição Federal - que visa garantir a esses grupos a posse da terra e o acesso a serviços básicos.

A parceria teve início em dezembro de 2005, quando o Incra procurou o departamento de antropologia da Universidade. A segunda etapa do convênio se inicia agora.

Flávio Assiz, coordenador de regularização fundiária de territórios quilombolas, ressalta que a medida faz valer o direito constitucional dessas comunidades. "O convênio regulamenta as terras que eles ocupam e ocuparam antes, mas que foram perdidas ou vendidas", afirma o coordenador.

Flávio Assiz explica que na parceria, a UFRN é representada pela Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura (Funpec), que disponibiliza tanto os pesquisado-

res, quanto parte dos recursos que serão empregados no estudo. Dos R\$ 103 mil necessários, a Universidade Federal entrará com R\$ 18 mil. Os R\$85 mil restantes serão bancados pelo Incra.

O professor Luiz Assunção, do Departamento de Antropologia da UFRN, coordena o trabalho. Ele conta que a primeira fase do projeto estudou os aspectos antropológicos de três comunidades, Jatobá, em Patú Acauã, localizado em Poço Branco e Sibaúma, em Tibau do Sul. Agora o projeto terá continuidade e fará a avaliação de outros três quilombos, Macambira, localizado na cidade de Lagoa Nova, Boa Vista dos Negros, em Parelhas e Capoeiras, em Macaíba.

Dentre os quilombos já beneficiados pelo convênio, está a comunidade de Jatobá. Esse grupo é formado por 13 famílias e conta com uma escola de ensino fundamental. Sandra da Silva, presidente da associação quilombola dessa comunidade, se mostra satisfeita com o projeto. "Será um prazer receber o título da terra", afirma a presidente.

Ela conta que o incentivo partiu da ong Quilombo, que auxiliou o grupo de Jatobá com pedidos

de auxílio ao Incra para realizar o estudo.

Outra comunidade atendida pelo convênio é a Macambira, localizada na cidade de Lagoa Nova. O estudo realizado nesse grupo deve estar pronto nos próximos seis meses. Vilmário Cândido Pereira, presidente da associação quilombola de Macambira, conta que lá vivem 245 famílias que dispõem de escola, energia e água encanada. Em relação ao estudo ele está satisfeito. "É muito bem-vindo, é um caminho para descobrir o que somos e de onde viemos".

O prefeito de Lagoa Nova, Eri van de Sousa Costa, esteve presente na cerimônia de assinatura do convênio. Ele afirma que a prefeitura da cidade acompanha a comunidade. "Nós damos todo o apoio para eles", disse.

Atualmente é estimada a existência de mais de duas mil comunidades em todo o Brasil, de acordo com dados cedidos pelo Incra. No Rio Grande do Norte, são cerca de 60 quilombos, espalhados por várias partes do estado.

O Convênio para a elaboração desses relatórios pretende demarcar e regularizar essas comunidades dentro de alguns anos

TELEFONIA

MP divulga nota sobre operadora TIM

▶ Diante dos problemas com a empresa de telefonia móvel celular TIM, o Ministério Público do Rio Grande do Norte, por intermédio de sua 24ª Promotoria de Justiça de Natal, que atua na Defesa do Consumidor, instaurou procedimento administrativo no qual houve o compromisso da referida empresa, de resolver o problema de sobrecarga no sistema até o último dia 30 de setembro.

No último dia 29 de setembro, a TIM encaminhou à Promotoria de Justiça documento no qual relatava a operacionalização do sistema, já ampliado.

Nos dias 02 e 04 do corrente mês, os consumidores da TIM voltaram a sofrer interrupções na prestação do serviço. Por telefone, o Sr. José Reinaldo Batista, Gerente de Operações da TIM, informou a Promotoria de Defesa do Consumidor que o problema do dia 02/10 fora causado pela Companhia de Eletrificação de Pernambuco (CELPE) e o do dia 04/10 teve sua origem em um link da Embratel, localizado no Rio de Janeiro. O Ministério Público requisiu comprovação do que foi informado.

Na mesma oportunidade, solicitou-se à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a elaboração de laudos que atestem a nova capacidade de operacionalização do sistema ampliado, bem como o seu perfeito funcionamento. Requisitou-se, ainda, à referida agência reguladora, um outro laudo que informe o número de ligações tentadas e não completadas, originadas de terminais da TIM, nos horários de maior movimento, desde 1º de maio de 2006 (mês em que os problemas se iniciaram, ainda de maneira pontual, e no qual foi feita a instauração do procedimento pelo Ministério Público Estadual), até o dia 31 do corrente mês.

Esta última providência se faz necessária para que se possa estimar um valor a ser cobrado da empresa pelos danos causados à sociedade com a má operação do sistema ao longo dos meses referidos. Espera o Ministério Público, inclusive, que se possa chegar a um acordo com a empresa sem a necessidade de uma prolongada batalha judicial.

A TRIBUNA DO NORTE vem acompanhando o caso e denunciou os problemas com o serviço na edição de ontem - dia 06 de outubro.